

# “DESENRAIZAMENTO” DE ECONOMIAS NO CERRADO PIAUIENSE

**Francisco Eduardo de Oliveira Cunha**

Professor Adjunto do Departamento de Ciências Econômicas (DECON) da  
Universidade Federal do Piauí (UFPI) e Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE) da

Universidade Federal do Pará (UFPA)

E-mail: eduoliveira@ufpi.edu.br

**Harley Silva**

Professor Adjunto da Faculdade de Ciências Econômicas da  
Universidade Federal do Pará (UFPA) e do

Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE/UFPA)

E-mail: harleysilva@ufpa.br

## RESUMO

Este artigo tem como objetivo estabelecer uma aproximação entre os conceitos de *economia substantiva* e *economia enraizada* desenvolvidos por Karl Polanyi e a realidade empírica das economias no cerrado piauiense, instituídas previamente ao estabelecimento do “império da soja” na região. Em um movimento que vai do abstrato ao concreto a intensão é discutir os ditos conceitos de Polanyi a partir das economias rurais camponesas do Piauí, colocando em evidência os processos de “desenraizamento” de economias do cerrado. Como resultado, apresentamos as transformações institucionais engendradas pelo capital na região com a mercantilização das relações de produção e reprodução e fragmentação das economias substantivas do cerrado.

**PALAVRAS-CHAVE:** Economia enraizada; Karl Polanyi; Soja; Economias Substantivas; Cerrado Piauiense.

**ÁREA TEMÁTICA:** 1. ECONOMIA

**FINANCIAMENTO E APOIO:** Estudo desenvolvido com apoio do Grupo de Pesquisa PROCAD Amazônia: Economia e Cultura dos Comuns (PROCAD AM UFNT/UFMG/UFPA Projeto Número 1710/2018).

## INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo estabelecer uma aproximação entre conceitos de *economia substantiva* e *economia enraizada* desenvolvidos por Karl Polanyi e a realidade empírica das economias no cerrado piauiense instituídas previamente ao estabelecimento do “império da soja” na região. Em um movimento que vai do abstrato ao concreto a intensão é discutir os ditos conceitos de Polanyi a partir das economias rurais camponesas do Piauí, colocando em evidência os processos de “desenraizamento” de economias do cerrado. Como resultado, apresentamos as transformações institucionais engendradas pelo capital na região com a mercantilização das relações de produção e reprodução e fragmentação das economias substantivas do cerrado.

Ao contestar a economia como manifestação exclusiva do mercado, Karl Polanyi (2000, 2012) apresenta as bases da sua ideia acerca de “economia enraizada”, que significa compreender a economia como uma camada não apartada da sociedade. Neste sentido, o “desenraizamento” seria um processo de autonomia relativa da economia frente à sociedade, em que as relações sociais que estariam submetidas às relações econômicas. Polanyi descreve que referido processo se funda quando os elementos terra, trabalho e dinheiro se tornam “mercadorias fictícias”, ou seja, se submetem à processos de mercantilização.

De acordo com dados oficiais<sup>1</sup>, no cerrado piauiense se encontram 248 comunidades ou povos tradicionais distribuídos entre quilombolas (103), indígenas (30) e comunidades tradicionais gerais (115). Ademais, conforme o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), existem no estado 499 planos de assentamento: 309 federais, 169 estaduais, 19 municipais, 1 Projeto Integrado de Colonização (PIC) e 1 Reserva Extrativista (Resex). Estes registros atestam a diversidade de sociedades camponesas presentes nos espaços rurais do Piauí, das quais se pode discutir elementos de “economias enraizadas”.

Assumimos que o cerrado piauiense, suas economias e sujeitos, têm sido submetidos à processos de mercantilização via territorialização do capital, sob a manifestação da estruturação produtiva imposta pelo agronegócio. Argumentamos que as economias pré-existentes, historicamente destoantes da lógica exclusiva dos mercados, foram e são invisibilizadas e desmanteladas em suas estruturas, principalmente em função da expansão do agronegócio. Compreendemos que este processo dialético corresponde ao desenraizamento destas economias, conforme propõe Polanyi (2000; 2012).

O trabalho está estruturado em mais 4 seções, além desta introdução e das considerações finais. Na seção 1 trataremos do conceito de desenraizamento da economia; na seção 2 adentraremos numa breve discussão acerca da distinção entre economias substantivas e economias formais, vinculadas ao processo de desenraizamento; na seção 3 discutiremos os elementos terra e trabalho como centrais às economias substantivas camponesas, bem como aos processos de mercantilização, e na seção 4, buscamos estabelecer a aproximação dos elementos teóricos do artigo com a realidade empírica das economias instituídas no cerrado piauiense, considerando a recente expansão da soja na região.

---

<sup>1</sup> Última apuração realizada em 07 de março de 2024, obtida juntos aos órgãos: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), especificamente a Superintendência Regional Piauí (SR-24); Instituto de Regularização Fundiária e Patrimônio Imobiliário do Piauí (INTERPI); Superintendência da Igualdade Racional e Povos Originários (Sirpo) que constitui a Secretaria da Assistência Social, Trabalho e Direitos Humanos do Governo do Estado do Piauí (antiga Secretaria de Assistência Social e Cidadania – SASC); Fundação Cultural Palmares (FCP) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

## 1. SOBRE ECONOMIA “DESENRAIZADA”

Karl Polanyi (2000, 2012) contestou a ideia da economia como uma manifestação exclusiva do mercado. Embasado sobretudo em evidências históricas e antropológicas, sustentou que as experiências da reprodução das condições materiais de existência humana, no amplo da história da sociedade, se concretizaram sob manifestações fundadas em “relações sociais de natureza não econômica”. Dessa forma, a difusão da ideia de “mercado como hegemônico” não se sustenta empiricamente (Polanyi, 2012).

A partir disso, Polanyi lança as bases da ideia de “economia enraizada” que, em termos gerais, afirma a inexistência de um sistema (ou rede) de instituições econômicas em camada separada da sociedade. Com efeito, nega a busca pelo interesse individual e a lógica do lucro como motivações historicamente predominantes (Polanyi, 2000).

O conceito de “enraizamento” atribuído ao sistema econômico, ou seja, da economia “sempre inserida/incorporada” (Block, 2003) ou impossibilitada de “ser ou estar separada” da sociedade (Mosar, 2021), tem instigado algumas divergências. Neste sentido, estudos apontam certa contradição nas afirmações de Polanyi ao tratar do conceito (Block, 2003; Gemici, 2008; Hodgson, 2017), enquanto outros defendem que tal contradição é apenas aparente (Krippner, 2001; Maucourant e Plociniczak, 2013; Somers, 2018, Mosar, 2021).

Sobre as divergências ao conceito, o primeiro grupo de autores argumenta que a contradição se coloca principalmente a partir da crítica de Polanyi à economia de mercado, quando o autor escreve que “em vez de a economia estar inserida nas relações sociais, as relações sociais que estão incorporadas no sistema econômico” (Polanyi, 2012). Com efeito, apontam que referida afirmação sugere que economias podem se tornar “desenraizadas”, como é o caso da sociedade de mercado. Em oposição, o segundo grupo defende que Polanyi apenas descreve uma contradição que é imanente à própria lógica da economia de mercado, uma vez que ela “tenta separar” mas nunca consegue de maneira plena. Logo, a ideia de “economia desenraizada” seria uma quimera, uma tendência irrealizável da sociedade de mercado (Mosar, 2021).

Assumindo essa interpretação de “desenraizamento” enquanto processo que ocorre e que não se realiza plenamente, Polanyi o identifica como característica fundamental do sistema econômico do século XIX, quer seja, a marcha de separação institucional da economia do resto da sociedade (Polanyi, 2012). Com isto, Polanyi nos descreve que, numa economia de mercado, a produção e a distribuição de bens materiais são efetuadas por meio de um sistema autorregulador (leis de oferta e procura) e motivado, em última instância, por dois incentivos simples: o medo da fome e a esperança do lucro. Ao contrário de economias enraizadas, as relações de produção no capitalismo estão fundadas em motivações exclusivamente econômicas.

Nesta linha de análise, desenraizamento se apresenta como um termo mais bem elaborado para o fenômeno da mercantilização. Segundo Polanyi (2012), a economia passa a estar desenraizada a partir do momento em que três elementos fundamentais para a garantia da subsistência da sociedade passam a ser considerados mercadorias como as demais, a saber: o trabalho, a terra e o dinheiro. Neste processo, referidos elementos são tratados pelo autor como “mercadorias fictícias”, uma vez que nenhum deles surgiram necessariamente para a troca, conseqüentemente, para estarem sujeitados aos mecanismos de oferta e procura. No entanto, uma vez subsumidos ao mercado, traça-se o caminho para a desintegração social, salvo haja contra movimentos capazes de impedi-la (Fleck, 2014).

Argumentamos, portanto, que ao tratar desenraizamento como um processo em curso, o cerne da provocação de Polanyi se verifica na inserção da variável histórica à análise das formas de economia modernas. Deste modo, uma contribuição interessante para a discussão pode ser observada em Cangiani (2011), quando o referido autor nos chama a atenção para a distinção conceitual entre “instituído” e “enraizado”, o que remete a analisarmos a ideia de economias instituídas em contraste

com economias enraizadas. Em linhas gerais, Cangiani argumenta que ambos os conceitos são necessários para a compreensão da crítica de Polanyi ao capitalismo.

Logo, embora distintos, a aproximação de economias instituídas mediante processo históricos com a ideia de economias enraizadas nos possibilita revelar a contingência do capitalismo, bem como sua forma instável de institucionalizar economias. Ainda, referida aproximação nos permite avançar na compreensão do que Polanyi tratou como economias substantivas, em contraponto a economias formais.

## **2. DESENRAIZAMENTO: DE ECONOMIAS SUBSTANTIVAS A ECONOMIAS FORMAIS**

Polanyi (2012) nos escreve que o termo economia possui dois significados com raízes distintas, independentes e que nada tem em comum. O primeiro remete a uma *economia formal* que provém do caráter lógico da relação meio-fins, determinado e difundido hegemonicamente pelo conceito de escassez. O segundo significado, de *economia substantiva*, remete “para a realidade elementar de que os seres humanos, como quaisquer outros seres vivos, não podem existir sem um meio físico que os sustente” (p. 63).

Dessa forma, o sentido de economia substantiva de Polanyi se funda na dependência dos seres humanos em relação à natureza e também em relação aos seus semelhantes, para sobreviver, concretizada a partir de “interações institucionalizadas” com o meio natural. A economia formal, por seu turno, reflete a economia instituída a partir da concepção de homem econômico enquanto autêntico representante do racionalismo do século XIX, fundado na necessidade de maximização, na minimização de custos, na racionalidade, corroborando para a “falácia econômica de tendência natural ao mercado” (Polanyi, 2012).

Desse ponto, argumentamos que, as necessidades humanas são condições materiais fundamentais para o ciclo de vida, como parte da própria natureza humana e também da vida social. As tensões entre as necessidades consideradas básicas e as supérfluas, assim como as necessidades de todos e as de alguns, e ainda, as necessidades denominadas individuais e as sociais, constroem a problemática socioeconômica geral (Arancibia, 2020), a que se debruçam tanto as ciências econômicas, quanto as demais áreas do conhecimento. Nesse bojo, uma discussão que se apresenta como importante tem a ver com necessidades sociais, logo humanas, em contraponto às necessidades do capital.

A partir da análise de Marx (1999), considera-se que no modo de produção capitalista, as necessidades humanas são tratadas como mercadorias que, na perspectiva do capitalista, estas se apresentam como o motor do processo de produção. Trata-se de uma mera dissimulação da essência do funcionamento da sociedade capitalista que se fundamenta no atendimento das necessidades do capital, quer seja, promover o consumo de massa de mercadorias cuja produção e troca sejam lucrativas. Com efeito, ao denunciar que “a riqueza da sociedade capitalista configura-se numa imensa acumulação de mercadorias”, Marx (1999) deixa patente a impossibilidade da mercadoria, enquanto resultado dos processos econômicos capitalistas, expressarem necessidades humanas. Ao contrário, a partir da discussão do *fetichismo* da mercadoria, o filósofo evidenciará a condição de “humanos necessitados” de mercadorias.

Diante disso, sustentando-se no infundado pressuposto de que os seres humanos têm inclinação a “barganhar, permutar e trocar”, e que isto determina a vida econômica, sendo levada por uma crença de um “progresso espontâneo” (Polanyi, 2012), a manifestação hegemônica capitalista e seu arcabouço econômico, nos leva a enxergar a instituição mercado como a única, logo, a determinante das relações socioeconômicas. Ademais, estabelecidas a partir de ações e/ou comportamentos individuais que convergem para um pretensão bem-estar coletivo.

Reafirmando que a economia não se confunde e nem se limita exclusivamente a mercado, Polanyi (2012) afirma que ao longo da história, os seres humanos a fim de garantirem a sobrevivência em

grupos, necessitaram enraizar práticas cotidianas para serem repetidas (via mecanismos institucionais) com o propósito de se distanciarem de incertezas, instabilidades e descontinuidades.

Dessa forma, é tema explícito na discussão de Polanyi a compreensão da economia como um fenômeno, além de enraizado na sociedade, heterogêneo. Neste intento, o referido autor apresenta as distintas formas de integração econômica manifestadas em princípios de comportamento social assentados na *domesticidade* (Polanyi, 2000), na *reciprocidade*, na *redistribuição* e na *troca* (Polanyi, 2012, p. 83). De acordo com o referido autor, as formas de integração designam os movimentos institucionalizados pelos quais se conectam os componentes do processo econômico, desde os recursos materiais e o trabalho até o transporte, o armazenamento e a distribuição dos produtos. No entanto, referidos movimentos só realizam seu “efeito integrador” na condição da existência de estruturas institucionais historicamente bem definidas na sociedade. Com efeito, tais estruturas seriam: *autarquia* (Polanyi, 2020), *simetria*, *centralidade* e *mercado*, respectivamente (Polanyi, 2012).

A *domesticidade*, segundo Polanyi, “consiste na produção para o uso próprio” e sua estrutura institucional, a *autarquia*, está relacionada a possibilidade de a família decidir, de forma autônoma, como realizar distribuição de bens e serviços para seus membros. A *reciprocidade* pressupõe grupos com subdivisões dentro de uma ideia de *simetria*, cujos membros pudessem identificar uns aos outros como tais, estabelecendo relações de mutualidade (Polanyi, 2012). A *redistribuição* é apresentada como uma relação que se estabelece a todos aqueles que tem uma chefia em comum, tendo assim um caráter territorial. A questão central se identifica na prática da concentração substancial da produção a ser gerida por uma autoridade central (chefe), que armazena (ou coleta) e redistribui conforme os costumes, as leis ou por decisão central (Polanyi, 2012). E a *troca* seria “um movimento bidirecional de bens entre pessoas” a fim de obter o máximo proveito, operada pelo mecanismo institucional de *mercado* (Polanyi, 2012, p. 91).

Ao evidenciar aspectos importantes que concorrem para a defesa da heterogeneidade econômica expressa a partir das formas de integração, o autor argumenta que tais formas não representam “estágios de desenvolvimento” necessários, mas que estas podem ocorrer simultaneamente nas sociedades, ou, que várias formas subordinadas podem estar presentes ao lado da forma dominante (Polanyi, 2012). Sobre esta questão, Polanyi deixa patente o papel central da terra e do trabalho como elementos “que definem essencialmente o predomínio de uma ou de outra forma de integração e, como tese resultante, possibilita rastrear “a moderna ascensão do mercado à condição de força dominante na economia ao observarmos até que ponto a terra e o alimento foram capturados pelo intercâmbio e o trabalho foi transformado em mercadoria” (Polanyi, 2012, p.92-93).

Depreende-se, portanto, que as economias substantivas remetem às formas de integração econômica que durante o amplo histórico da sociedade, se portaram como meros componentes acessórios de subsistência material, uma vez que o sistema econômico estava inserido nas relações sociais. Com o “desenraizamento” da economia que se configura na institucionalização do sistema econômico como pretensa camada separada (e determinante) da sociedade, inaugura-se o período histórico em que de forma hegemônica, a subsistência se descola das necessidades humanas e se funda na lógica do ganho econômico e da mercantilização do território. A formalização de economias em atendimentos à outras necessidades específicas do capital.

### **3. TERRA, TRABALHO E ECONOMIAS SUBSTANTIVAS CAMPONESAS**

A partir da obra de Polanyi, argumentamos que economias rurais, sobretudo as *economias camponesas* enquanto organizações socioprodutivas que, embora inseridas em economias “desenraizadas”, são manifestações concretas de *economias substantivas*. Neste intento, defendemos que tais economias se apresentam com relativa autonomia da lógica dos ganhos econômicos instituídos pela forma mercantilizada de produção e consumo, considerando obviamente, os contextos históricos e geográficos de sua inserção.

Partindo dessa ideia, compreendemos as economias camponesas enquanto organizações sociais, não amorfas, mas dinâmicas, que evoluem ao passo que se apresentam distintas, em formas particulares de organização em seus diversos contextos. Logo, enquanto instituições complexas, entendemos que as sociedades camponesas devam ser analisadas para além de aspectos exclusivamente econômicos, corroborando, dessa forma, com a ideia de “enraizamento” desenvolvida por Polanyi. A economia como tão somente um dos componentes do modo de vida camponês (Wolf, 1976; Mendras, 1978).

Nosso esforço teórico é a aproximação entre economia camponesa com elementos de economia substantiva. Importa, portanto, enfatizar a centralidade dos elementos terra e trabalho como relevantes componentes de integração econômica, conforme descritos por Polanyi.

Assumindo essa complexidade e particularidades em suas formas de organização, é seguro afirmar que as sociedades camponesas, em sua essência, se expressam como uma organização social em que prevalecem a busca pela autonomia (vinculada sobretudo à administração própria dos meios de produção e suas terras), o trabalho familiar (ou comunitário) e a produção destinada ao autoconsumo ou auto abastecimento, mas também para a geração de excedentes.

Chayanov (1981) argumenta que a autonomia remete não somente à maximização da produção para a sobrevivência, mas também promover o bem-estar familiar e comunitário, que se dá sobretudo, à tomada de decisão sobre o que e como produzir, considerando a posse dos meios produtivos e do trabalho. Wolf (1976), ao tratar os camponeses como “cultivadores rurais” associados a necessidade não somente de autoconsumo, mas considerando que quem não cultiva deve consumir alimentos, o modo de vida camponês assume o papel de produção social, o que o condicionaria a também interagir para além da dimensão doméstica. Wolf destaca ainda a necessidade de reprodução dos meios de produção como ferramentas e sementes para colheitas futuras (fundos de manutenção), bem como despesas cerimoniais vinculadas aos aspectos culturais e de tradição pertinentes ao modo de vida camponês, quer seja, suas relações comunitárias para assegurar a sobrevivência, o que legitimaria a produção de excedentes, para níveis além do autoconsumo (Wolf, 1976).

Neste sentido, Wolf (1976) entende a sociedade camponesa como uma organização complexa em que as relações sociais e econômicas são estabelecidas pela produção agrícola. Neste sentido, trata-se de uma sociedade que se desenvolve num contexto de subsistência vinculada à terra e a partir dela a comunidade se estrutura, enraizada pela tradição. Ao abordar o modo de vida camponês, fundado em tradições e cultura, Wolf (1976) dá importante contribuição no sentido de elucidar a economia camponesa enquanto uma instituição geralmente adjetivada por terminologias que a qualificam em oposição ao “moderno”, logo, descritas como sociedades “conservadoras” de populações “tradicionalistas”. Segundo o autor, afirmar que uma sociedade é “tradicional” ou que sua população está presa à tradição, não explica por que esta persiste, nem por que o povo se mantém fiel a ela (Wolf, 1976, p. 10).

Mendras (1978), ao analisar a necessidade de interação das economias camponesas com os mercados modernos, argumenta que referida relação provocou consideráveis mudanças não somente nos modos produtivos camponeses, mas também na dinâmica de suas tradições. Ao serem introduzidas novas tecnologias e ao se relacionarem com outros atores, a economia camponesa tornou-se integrada a sistemas econômicos mais amplos, conduzindo a interferências na produção e diversificação das atividades locais.

Tentando estabelecer um diálogo com Polanyi acerca das formas de integração econômica das economias camponesas, Sabourin (2009a) em estudos sobre as sociedades camponesas no Brasil, evidencia relações socioprodutivas em que se manifestam práticas e regras que remetam à reciprocidades simétricas e à redistribuição, e não somente à troca mercantil. Tais práticas podem ser observadas principalmente em produção agrícola de natureza familiar, associada à ajuda mútua e ao manejo coletivo de recursos naturais comuns (terras, água, pastos) ou à redistribuição de fatores de produção (sementes, trabalho), na comercialização (mercado de reciprocidade e qualificação dos produtos), na transmissão do patrimônio de uma geração à outra, entre outros (Sabourin 2009a; 2009b). Ademais, o autor complementa que também se manifestam a permanência de relações de

reciprocidade assimétricas como o acesso à terra e ao trabalho (morador, meeiro, agregado) e a dependência dos políticos e da oligarquia local associada ao clientelismo (Sabourin 2009b).

Neste sentido, o autor ratifica a manifestação da heterogeneidade em sociedades modernas, em detrimento da exclusividade e/ou hegemonia do mercado. Tais constatações corroboram para a verificação da “expressão diversificada da natureza heterogênea” da condição camponesa que conduz a diferentes tipos de “modo camponês de fazer agricultura”, observados a partir de características comuns tais como: “uma relação íntima com recursos naturais vivos, mas limitados à intensificação do trabalho e à valorização da ajuda mútua; um distanciamento das regras do mercado e capacidade de autonomia com relação ao capitalismo” (Sabourin, 2009, p. 32). E acrescenta que “a lógica da reciprocidade pode constituir um motor da produção – e de uma produção de excedentes – tão poderoso como aquele da lógica da troca para a acumulação do lucro” (Sabourin 2011, p. 32).

Entretanto, num contexto mais recente da dinâmica capitalista com os espaços rurais, as relações do campesinato se apresentam de forma muito mais complexas e resultam em sua subordinação ao sistema hegemônico, ou seja, uma relação que lhe dá outra característica de destaque, a da subalternidade (Costa, 2022). Neste sentido, reconhecemos que é preciso um maior cuidado em aproximações “romantizadas”, embora também reconheçamos que a diversidade produtiva e suas motivações assumem certo “descolamento” da lógica do ganho econômico.

Acreditamos, portanto, que a discussão de economias camponesas, somada ao apanhado de elementos descritos por Sabourin em diálogo com a tese de Polanyi, nos leva às experiências observadas na região dos cerrados, no estado do Piauí. A partir do significado de economia substantiva, a próxima seção buscará apresentar as economias substantivas do cerrado instituídas pré-soja, ao passo que evidenciará empiricamente o conceito e seu processo de desenraizamento a partir das transformações institucionais engendradas pela territorialização do capital na região, manifestadas especialmente pela expansão da soja.

#### **4. ECONOMIAS SUBSTANTIVAS DO CERRADO PIAUIENSE E SEU RECENTE PROCESSO DE DESENRAIZAMENTO**

Buscaremos nesta seção apresentar resultados empíricos que concorrem para a evidênciação do que tratamos como “desenraizamento” de economias do cerrado. A fim de tornar mais sensível o processo de mercantilização, importa antes apresentar um panorama acerca das economias do cerrado, as quais identificamos como substantiva. Em seguida apresentamos as bases para a “formalização da economia” da soja, para ao final expor os resultados do processo de mercantilização. Por fim, para a análise dos dados, utilizamos como área de estudo os 33 municípios piauienses que compõem a região denominada de Matopiba<sup>2</sup>, integralmente inserida no bioma cerrado.

##### ***4.1 O cerrado do Piauí e suas economias substantivas***

Na historiografia econômica do estado do Piauí há uma irrefutável constatação acerca do importante papel da pecuária extensiva como principal fonte de riqueza de fazendeiros, comerciantes e de funcionamento das instituições públicas até meados do século XIX, logo como forma específica de sociedade predominante no rural piauiense (Mendes, 2019; Medeiros, 2014; Queiroz, 2006; Martins, 2003; Monteiro, 2002; Moraes, 2000; Brandão, 1999; Medeiros, 1996; Costa, 1982; Castelo Branco, 1970; Santana, 1964).

---

<sup>2</sup> Compreendemos a concepção de Matopiba como um experimento de planejamento do agronegócio em que o conceito se impõe antes da própria concretização do fenômeno. Faz parte de um processo de afirmação de uma "região do agronegócio" que se sobrepõe ao espaço vivido e produzido pelos grupos locais e regionais até então presentes.

Entretanto, referida literatura também sinaliza para a existência de formas de economias – agricultura de subsistência e extrativismo – cujas narrativas dominantes (Moraes, 2000) descreveram ou condicionaram como “economias complementares”. Neste sentido, argumentamos que, em paralelo à pecuária, instituíram-se modos de vida que necessitaram desenvolver suas próprias manutenções de subsistência, a considerar que a pecuária “não conseguia engajar a todos” (Queiroz, 2006; Martins, 2003). Defendemos que nesse processo histórico, em particular no cerrado piauiense, se estruturaram formas de economias que foram invisibilizadas e ignoradas em grande parte pela historiografia oficial.

A título de análise, aproximamos à ideia de economias substantivas (Polanyi, 2012) as manifestações sócio produtivas observadas em comunidades tradicionais e camponesas em geral, no estado do Piauí, e especificamente na região objeto de estudo, o cerrado piauiense. Ainda, entendemos que referidas formas sociais representam uma amplitude de atividades e modos de manutenção das condições materiais de existência que incorporam experiências para além da agricultura de subsistência e também do extrativismo.

Acerca das economias tradicionais do Piauí, Moraes (2000) nos escreve que o processo de incorporação produtivista agrícola dos cerrados iniciado em fins do século passado, se deu sob um modelo de desenvolvimento que desconsiderou os segmentos camponeses tradicionais e protagonistas na região. Negando a ideia de “espaço vazio” a ser “desbravado” por uma elite agrária agenciada pelo Estado em conluio com o capital, a autora deixa patente que a região abrigou (e abriga) populações tradicionais e camponesas, com história de ocupação antiga. Neste sentido, é razoável que antes do império do capital, o cerrado tenha se instituído como território/lugar, demarcado por uma economia moral, observadas em suas populações locais (Moraes, 2000).

Tais economias foram (e são) invisibilizadas, via de regra, pela narrativa dominante compreender que as relações destas economias com o território se pautam em valores de fortalecimentos de suas culturas, suas identidades e na manutenção de suas condições de existências. Sobre este aspecto, na caracterização dos modelos produtivos destes sujeitos em contraste com a agricultura empresarial, Alves (2017) enfatiza a forma bastante distinta em que suas atividades econômicas se manifestam, tanto pela utilização das técnicas, quanto pela forma de uso da terra. Segundo o autor, os camponeses do sul do Piauí comumente desenvolvem suas atividades de plantio em pequenas roças onde se mesclam culturas distintas tais como arroz, feijão, milho, abóbora, melancia, entre outras, “prevalecendo uma aparente desordem” (Alves, 2017). Destaca ainda que nestes espaços são raras a presença de maquinários ou equipamentos mais modernos, com predomínio das tarefas de manejo simples.

Nesta mesma linha, Moraes (2009) descreve o *modus* de vida da sociedade camponesa rural no cerrado piauiense, caracterizados como populações de “pequenos(as) proprietários(as) e posseiros(as) com história de ocupação antiga na região, essencialmente dedicadas ao cultivo da terra, tomando decisões relativamente autônomas nesse processo”. Referida autora escreve ainda que a terra é, em sua maioria, “apossada, raramente arrendada ou comprada e o emprego de insumos e instrumentos manufaturados é mínimo ou nulo”. Ademais, enfatiza se tratarem de populações com relativa independência do mercado, com circulação de mercadorias em níveis locais e regional, sendo o consumo de bens importados relativamente baixo. Tratando-se, portanto, de uma agricultura de provisão (Moraes, 2009).

Dessa forma, nota-se que as economias substantivas do cerrado, se colocam como concepções de mundo distintas do agronegócio, que enxergam a terra como fonte de exploração e produção desenfreada de riquezas. Diante disso, tais economias se apresentam em constantes conflitos para a manutenção de seus territórios e conseqüente legitimação de sua existência.

Acerca da ocupação e manifestação destas comunidades e de seus sujeitos, estas são determinadas pela própria característica física dos cerrados, combinadas com o saber ancestral dos povos locais. Em uma visão geral, é bastante característico no cerrado piauiense o contraste entre as chapadas (que são as formas de relevo em áreas de planalto com bastante altitude) e os vales (que correspondem às

áreas mais baixas), ambas as configurações físicas do terreno são também denominadas pelos povos locais como “serras” ou “gerais” e “baixões”, respectivamente (Albuquerque, 2022; Alves, 2006, 2017; Moraes, 2000, 2009).

Segundo Alves (2009), normalmente as comunidades tradicionais optam pelas áreas dos vales para a construção de suas habitações devido a existência de recursos naturais, cursos d’água por exemplo, bem como pela maior comunicação com os núcleos urbanos. São nestas áreas que se desenvolvem as atividades de plantio e também a formação de pastagens para a criação de animais, geralmente localizadas nos vales mais húmidos (Alves 2006, 2017). Albuquerque (2022) complementa que para além das casas e das atividades produtivas, os “baixões” também abrigam outros lugares de grande significado para a comunidade, como a capela, a escola, o cemitério (Albuquerque, 2022) e demais espaços importantes para a sociabilidade da comunidade.

Nas chapadas, embora caracterizada pela escassez de água e precariedade de acesso aos núcleos urbanos, trata-se de uma área com uma grande variedade de recursos como a lenha destinada ao uso nos fogões; a madeira que serve para a construção das casas, delimitação dos quintais, o cercamento das roças da vazante, entre outras finalidades; os frutos em matas naturais como o pequi, caju, buriti, entre outros; as plantas medicinais; o mel silvestre para coleta; a variedade de animais de caça; e a grande ocorrência de pastagens naturais, utilizadas para a solta do gado em determinadas épocas do ano (Albuquerque, 2022; Alves, 2006; 2017).

As chapadas, portanto, se configuram numa região bastante utilizada de forma comunitária pelos sujeitos locais, em virtude da diversidade de recursos nela existentes. Com efeito, referidos espaços se apresentam como áreas complementares, mas essenciais aos vales, garantindo a manutenção da vida dos camponeses do cerrado no Piauí. E é exatamente sobre as chapadas, sobretudo em virtude de suas áreas planas, que se aguçam os interesses de expansão territorial do capital e que a agricultura moderna avança. Logo, é a partir dela que se agudizam os conflitos de interesses entre os povos locais, originários e os denominados “projeteiros<sup>3</sup>” (Lima, 2019).

No embate dos discursos, compreendidas como “terras de ninguém” ou “terras sem dono” que, na concepção da população local as chapadas não deveriam ser cercadas, pois se tratam de terras de uso comum; na concepção do capital e do Estado, as chapadas se constituíam em áreas que não possuíam nenhuma utilidade para a população local, logo, seriam grandes vazios a serem explorados pelo capital (Moraes, 2006).

Na tentativa de convergir referidas economias do cerrado piauiense aqui tratadas como economias substantivas na perspectiva de Polanyi (2012), os aspectos para além do econômico são destacados por Moraes (2000), quando nos escreve que é necessário ver as famílias camponesas do cerrado “no contexto de um contrato social fundado na reciprocidade como valor”. Não se tratando, portanto, de pequenos produtores, mas especialmente, “sujeitos sociais e históricos como *homo moralis*” (Moraes, 2000, p. 242).

Neste sentido e neste contexto, na perspectiva de Woortmann (2018), a terra não seria vista como objeto de trabalho, mas como expressão de uma amoralidade, ou seja, não como fator de produção em sua exterioridade, “mas como algo pensado e representado no contexto de valorização ética”. Com efeito, vê-se a terra não como natureza sobre a qual se projeta o trabalho de um grupo doméstico, mas como “patrimônio da família sobre a qual se faz o trabalho que constrói a família enquanto valor”. Em linhas gerais, “a terra não é simples coisa ou mercadoria” (Woortmann, 2018, p. 3).

Moraes (2000) reforça a centralidade e inter-relação das categorias terra, família e trabalho no universo camponês do cerrado no Piauí. É dizer que, não se pensa terra sem pensar em família e trabalho, assim como não se pensa em trabalho sem que se pense a terra e a família. Ademais,

---

<sup>3</sup> Designação dada pelos povos locais aos fazendeiros do agronegócio, relacionando-os aos projetos de financiamento para implantação das fazendas de milho e sobretudo soja (Lima, 2019).

referidas categorias encontram-se estreitamente vinculadas a “valores e princípios organizatórios como honra e hierarquia”, contrapondo-se, portanto, às concepções utilitaristas mercantis (Moraes, 2000).

Isto posto, referida autora conclui que a agricultura praticada pelos camponeses do cerrado piauiense “pode ser pensada como uma agricultura de provisão” num sentido próximo ao de Sahlins (1983), ou seja, devendo-se entender “que nem a produção doméstica se define exatamente como produção voltada exclusivamente para consumo direto da família camponesa, nem esta é autossuficiente”. Ademais complementa que, a compra e a venda são limitadas e frequentemente visam prover o grupo daquilo que não produzem, bem como das circunstâncias da necessidade de dinheiro em determinada ocasião, e ainda, por complementação de produto colhido em relação às necessidades anuais de consumo da comunidade (Moraes, 2000, p. 242-243).

Na dimensão da relação sujeitos-natureza, Mendras (1978) chama a atenção de que, é a natureza quem condiciona e limita a forma de organização das sociedades camponesas, não estando, portanto, como elemento externo, alheio, à manifestação socioeconômica. Neste sentido, destaca a simbiose da relação ser humano-natureza como uma dinâmica própria e peculiar do modo de vida camponês.

Nesta linha, Moraes (2000) enfatiza que, no caso específico dos camponeses do cerrado piauiense, “a reprodução social vincula-se estreitamente à apropriação das diversas possibilidades oferecidas pelos ecossistemas presentes no ambiente”. Destaca ainda que, a utilização dos recursos disponíveis na região, supõe um “saber e um saber-fazer”, uma “ciência do concreto”, que funciona “nos moldes de um sistema de conhecimento capaz de transformar possibilidades em recursos, operando num quadro de relações sociais cuja dinâmica determina as transformações nesse sistema” (Moraes, 2000).

Ainda sobre este aspecto, Silva *et al.* (2022) enfatiza a importância dos saberes populares, especialmente das comunidades indígenas do cerrado, para a garantia dos direitos da natureza e o respeito ao ciclo natural da água e da terra. Neste sentido enfatiza no manejo produtivo destas comunidades do cerrado à preservação das nascentes e dos brejos, que concorrem para a manutenção das atividades do roçado e também atividades extrativistas da região.

A título de registro, a partir dos dados oficiais<sup>4</sup>, podemos verificar que especificamente na região do cerrado piauiense, podemos mapear um total de 42 assentamentos e acerca dos povos tradicionais reconhecidos (ou em processo de reconhecimento) tem-se oficialmente mapeadas 25 comunidades tradicionais, 11 comunidades indígenas e 6 comunidades quilombolas.

#### ***4.2 A difusão de uma economia formal da soja no cerrado do Piauí***

No Piauí houve um recente processo de transformação do uso e ocupação terras no sudoeste do estado, onde predomina o bioma cerrado. Referida modificação foi iniciada na década de 1970 tendo a especulação fundiária como uma fase prévia à inserção na dinâmica global de produção de grãos em larga escala que ocorrera na década de 1990 (Vilarinho et al, 2018; Andrade e Viana, 2015; Alves, 2006; Monteiro, 2002). Com efeito, a partir do final do século passado, o cerrado piauiense se tornou um centro de atração de grandes investimentos, deixando de ser uma região de domínio de economias locais, fundadas na pecuária, no extrativismo e na agricultura familiar (economias substantivas historicamente instituídas), passando a ser determinada principalmente pelo aumento da produção de soja, mas também de outros grãos.

Para que este processo se viabilizasse concretamente, implementou-se um arcabouço de instituições. Neste sentido, vários elementos foram postos à disposição do agronegócio para que este se reproduzisse, sendo os principais apontados: a disponibilidade de crédito, o acesso à terra e a disponibilidade de trabalho assalariado (Cunha e Silva, 2020).

---

<sup>4</sup> Fundação Cultural Palmares (2024), IBGE (2024), INCRA (2024), INTERPI (2024) e SASC/SIRPO (2024)

Acerca do crédito, o Piauí e os cerrados, em particular, entrou no circuito do crédito rural a partir do final da década de 1960. Na década de 1970, o aparato institucional financeiro se estruturou de forma mais robusta com papel central do Estado, a fim de promover o que se convencionou chamar de “ocupação e desenvolvimento” dos cerrados, forjado na agricultura moderna. Nisto, foram incorporadas importantes políticas públicas de fomento ao agronegócio, à dinamização do mercado de terras e especificamente, políticas de incentivo à ocupação e uso da terra no cerrado piauiense (Vilarinho et al, 2018; Lima, 2009; Alves, 2006; Monteiro, 2002). Para tanto, o crédito reiteradamente tinha atuação essencial.

No atual século, ratifica-se essa dinâmica concentradora do crédito rural direcionada à macrorregião dos cerrados, especificamente aos municípios produtores de soja. Neste sentido, o crédito passa a ser destinado em maior parcela especificamente à região produtora de soja, em detrimento da agricultura de subsistência e pecuária. Como resultado desse processo, no período compreendido entre 2000 e 2020 observa-se um avanço de 282,9% na área agrícola do Piauí, passando de 3.349 km<sup>2</sup> para 12.824 km<sup>2</sup> (IBGE, 2022). De acordo com o IBGE (2022), a expansão de área agrícola piauiense ocorreu, principalmente, pela conversão de terras ocupadas anteriormente por vegetação campestre e por mosaicos de ocupações em área campestre (misto de área agrícola, pastagem e/ou silvicultura, associada ou não a remanescentes campestres), sendo que em sua maior parte se deu na região sudoeste do estado, no cerrado. Referido estudo reforça a tendência e lógica do processo de expansão e acumulação capitalista, onde poucos municípios concentram grande parte do valor gerado pela produção final da agropecuária, conforme Tabela 1.

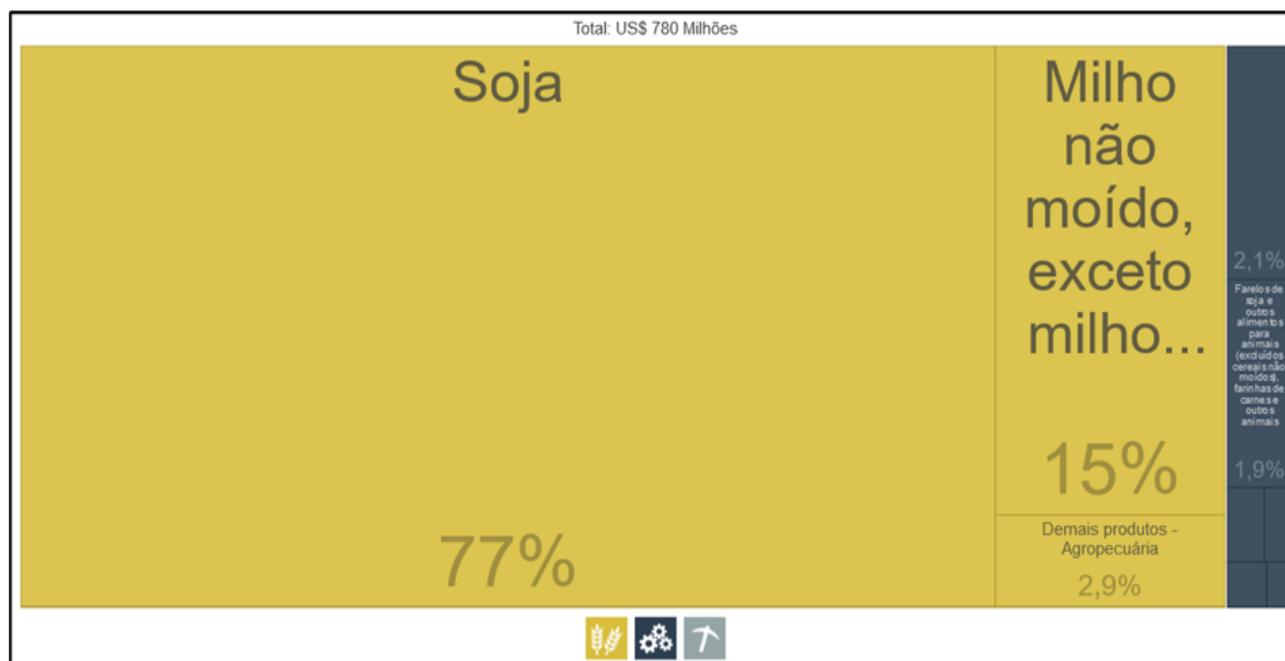
**Tabela 1: Municípios do Piauí com destaque no Valor da produção de Soja em grão (em Mil Reais)**

Municípios	2002		2010		2020	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%
Baixa Grande do Ribeiro (PI)	9.180,00	5,41	137.762,00	15,68	922.921,00	26,57
Bom Jesus (PI)	5.469,00	3,22	46.251,00	5,27	320.839,00	9,24
Corrente (PI)	702,00	0,41	4.528,00	0,52	93.127,00	2,68
Currais (PI)	392,00	0,23	25.957,00	2,96	196.411,00	5,66
Gilbués (PI)	2.862,00	1,69	32.335,00	3,68	153.514,00	4,42
Monte Alegre do Piauí (PI)	724,00	0,43	24.313,00	2,77	108.647,00	2,43
Ribeiro Gonçalves (PI)	19.034,00	11,22	70.265,00	8,00	368.674,00	10,62
Santa Filomena (PI)	3.438,00	2,03	48.928,00	5,57	310.120,00	8,93
Sebastião Leal (PI)	3.358,00	1,98	36.260,00	4,13	119.351,00	3,44
Uruçuí (PI)	18.585,00	10,95	162.265,00	18,47	625.837,00	18,02
Estado do Piauí	169.698,00	100	878.357,00	100	3.473.000,00	100

Fonte: Elaboração própria com base no IBGE (2023)

Somente no ano de 2020, cerca de 57,39% do Valor Agregado Bruto (VAB) da agropecuária foi gerado por apenas 10 dos 224 municípios. Juntos, referidos municípios produziram cerca de R\$ 3,27 bilhões com a atividade agropecuária, sendo que o valor total gerado pelo estado foi de R\$ 5,7 bilhões em 2020 (IBGE, 2023). Com relação à riqueza gerada pela produção de soja o cenário é mais crítico ainda em termos de concentração. Esses 10 municípios mencionados, que se localizam na região do *Matopiba piauiense*, no bioma Cerrado, responderam no ano de 2021 por 90,48% do valor da produção de soja, em todo o Piauí (IBGE, 2023). A partir da Tabela 1, verifica-se que os municípios de Baixa Grande do Ribeiro, Bom Jesus, Ribeiro Gonçalves e Uruçuí, têm respondido por parcela importante no valor total de produção de soja no estado, no atual século (64,45% do total do valor da produção da soja no estado somente em 2020).

**Figura 1: Produtos da exportação piauiense no ano de 2022**



Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC, 2023). Nota: Produção agropecuária (94,74%), Indústria de transformação (5,18%), indústria extrativa (0,03%)

É inquestionável, portanto, o papel que o agronegócio da soja no estado. No Piauí, somente no ano de 2022, a produção agrícola representou 94% das exportações do estado (quase US\$ 1,55 bilhão de um total de US\$ 1,65 bilhão). A indústria de transformação quase 6% e a indústria extrativa 0,045%. Nesse cenário, a soja (77%) e o milho (15%) representaram juntos 92% de todas as exportações do estado em 2022. Considerando apenas os produtos do setor agrícola, a soja (81%) e o milho (16%) representaram juntos 97% de todas as exportações de produtos agrícolas do Piauí em 2022. Nesse mesmo ano, segundo dados do Ministério da Fazenda, a China foi o destino de 47% das exportações do Piauí, seguida pela Espanha (18%), Estados Unidos (3,1%), Egito (2,9%) e Irã (2,7%), conforme registros do MDIC (2023).

A manifestação recente da economia agrícola no Piauí sugere, portanto, que embora o estado possua uma vasta área territorial com relativa diversidade produtiva e de modos de vida, o imaginário social moderno constrói o rural do cerrado piauiense como exclusivamente soja, consequentemente, exclusivamente mercado.

#### **4.3 Desenraizamento de economias do cerrado piauiense**

Conforme já argumentamos, desenraizamento se confunde com mercantilização. Segundo Polanyi, referido processo se institui quando os elementos terra, trabalho e dinheiro se convertem em mercadorias, que consequentemente se sujeitam aos mecanismos de mercado. Nesta seção, buscaremos evidenciar referidas transformações que corroboram para o dismantelo das economias locais do cerrado.

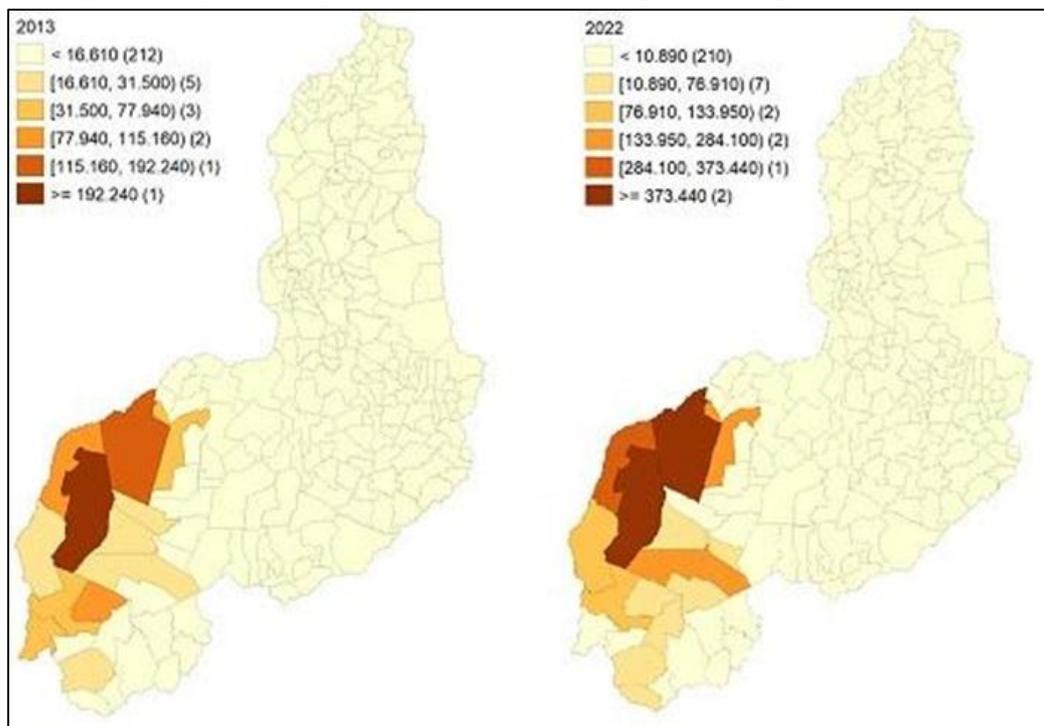
Analisando como primeiro elemento o dinheiro, observa-se um importante contraste na sua presença e manifestação na região dos cerrados do Piauí. O dinheiro sai de uma posição de mediador das trocas das produções locais, para ocupar papel central de viabilização do processo de mercantilização. Conforme nos descreve Moraes (2000; 2009) e Alves (2017), as economias do cerrado no Piauí detinham relativa independência do mercado, bem como baixa presença de maquinários modernos (Alvez, 2017), enfatizando a inoperância do dinheiro em forma de capital.

No advento do processo de territorialização do capital na região, o dinheiro assume outro papel e outra finalidade, as quais não se limita a apenas mediar, mas a transformar-se em mais dinheiro, logo,

a transformar-se em capital. Neste sentido, uma forma incipiente, mas determinante de atuação no processo de expansão do capital na região é a manifestação do dinheiro em forma de crédito. Estudos recentes (Alcantara & Bacha, 2023; Ribeiro et al., 2023; Souza et al., 2022) corroboram para o argumento de que o recente desempenho agrícola piauiense é impulsionado pelo crédito rural.

A Figura 2 nos oferece uma dimensão do processo de expansão geográfica do crédito rural no cerrado piauiense e no estado como um todo, tendo sua manifestação se verificando de forma intensa nos principais municípios produtores de soja. Ao passo, a Tabela 2 denuncia o caráter concentrador de atuação do crédito rural no estado.

**Figura 2: Expansão espacial do crédito no Piauí (2013-2022), Milhões de Reais**



Fonte: Elaboração própria, com base em SICOR (BACEN, 2023)

**Tabela 2: Crédito Rural operado no Piauí, em Milhões de Reais (2013 a 2022)**

Região / Emitente / Atividade	2013	2016	2019	2022
Piauí	892,7 Mi	454,1 Mi	1,2 Bi	2,2 Bi
Matopiba	733,9 Mi	324,2 Mi	980,6 Mi	1,8 Bi
% em relação ao Piauí	82,21	71,41	79,96	81,39
Pecuário	26,9 Mi	18,5 Mi	63,6 Mi	109,7 Mi
% Pecuário em relação ao Matopiba	3,66	5,72	6,48	6,16
Agrícola	707,0 Mi	305,7 Mi	917,0 Mi	1,7 Bi
% Agrícola em relação ao Matopiba	96,34	94,28	93,52	93,84
Pequeno Produtor	31,8 Mi	18,5 Mi	63,6 Mi	92,1 Mi
% Pequeno Produtor em relação ao Matopiba	4,34	5,72	6,48	5,17
Médio Produtor	139,4 Mi	132,1 Mi	203,6 Mi	76,0 Mi
% Médio Produtor em relação ao Matopiba	18,99	40,73	20,77	4,27
Grande Produtor	561,8 Mi	157,1 Mi	727,6 Mi	1,6 Bi
% Grande Produtor em relação ao Matopiba	76,55	48,46	74,21	88,90

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do SICOR (BACEN, 2023)

Destaca-se a quase exclusividade do crédito rural do Piauí, atuando na região do cerrado (33 municípios), em detrimento dos 224 municípios que integram o estado. Ademais, observa-se ainda a destinação do crédito à atividade agrícola e quase que exclusivamente ao grande produtor rural hegemonicamente vinculado à produção de soja.

Acerca do segundo elemento, a terra, argumentamos que o moderno desempenho agrícola piauiense impulsionado pelo crédito rural é causador, além de importantes impactos no uso e ocupação dos solos (Vilarinho et al, 2018; Andrade e Viana, 2015; Alves, 2006; Monteiro, 2002), concorre para o processo de mercantilização da terra, evidenciado por sua dinâmica de preços.

Lima (2009) afirma que o baixo preço das terras foi importante estímulo à atração de produtores e consequente ocupação das fronteiras agrícolas, bem como de transformação profunda da dinâmica de apropriação e uso das terras no cerrado piauiense. Instituiu-se o mercado de terras na região. Segundo a autora, o processo de concessão de incentivos pode ser, em parte, apontado como responsável pela elevação da área média das propriedades, além de valorizar as terras, uma vez que permitiu que “as terras compradas a baixo preço e não cadastradas e/ou com cadastro desatualizado fossem recadastradas junto ao INCRA por um valor acima daquele existente” (Lima, 2009, p. 33).

**Tabela 3: Planilha de Preços Referenciais (PPR) dos imóveis no cerrado piauiense**

Dimensão geográfica e Tipologia	MRT Serra do Quilombo <sup>5</sup>		Piauí	
	VTI MED/ha	VTN MED/ha	VTI MED/ha	VTN MED/ha
Geral	1.471,75	1.396,75	-	963,61
Agrícola	6.909,28	6.284,23	-	3.764,51
Exploração Mista	1.125,84	1.034,83	-	848,35
Pecuária	1.257,77	1.257,77	-	977,45
Vegetação Nativa	1.083,88	1.083,88	-	943,51

Fonte: SIMET/INCRA (2024)

Acerca deste tema, Alves (2009) ratifica os impactos da expansão da soja que concorrem para a privatização, valorização e a intensificação da especulação imobiliária na região do Matopiba piauiense. Uma vez convertidas em mercadorias, a transformação no uso e ocupação das terras afetam as comunidades camponesas locais, na redução dos espaços de uso comunitário, na manutenção das condições materiais de existência, na exclusão de suas economias e consequente expulsão das populações nativas. Ademais, referido processo desestrutura a diversidade produtiva da região, descrita por Polanyi como heterogeneidade econômica, quer seja, a capacidade da economia expressar em suas atividades e seus produtos, nas manifestações distintas e vinculadas de formas de integração econômica e suas estruturas.

A Tabela 4 apresenta a transformação e dinâmica de cobertura e uso dos solos na região estudada ao longo do processo histórico de expansão da soja, destacando o intenso processo de perda de florestas, acompanhada da expansão da agropecuária, particularmente da soja.

Sobre a perda da heterogeneidade, os dados da produção agrícola municipal (IBGE, 2023) atestam que no ano de 1974, predominava na região do cerrado a produção de mandioca e cana-de-açúcar, com relativa diversificação de produtos agrícolas frutíferos (laranja, manga, caju, limão, etc.), além de cereais (milho, arroz, etc). No ano de 2021, quase que a totalidade (96,47%) da produção agrícola da região se converteu em Soja (54,79%) e Milho (41,68%).

<sup>5</sup> Mercado Regional de Terras Serra do Quilombo, definição metodológica do Incra Regional para a região de cerrado no Piauí. É composto por 14 (quatorze) municípios que compõem a região do Matopiba no estado.

**Tabela 4: Uso e ocupação do solo, Matopiba/Cerrado Piauí (1985 a 2021)**

Classes	Matopiba/Cerrado Piauiense		
	1985	2001	2021
1. Floresta	5.414.085	5.280.679	4.463.653
1.1. Formação Florestal	293.142	299.739	298.525
1.2. Formação Savanas	5.120.944	4.980.939	4.165.128
2. Formação Natural não Florestal	430.625	416.174	386.995
2.1. Campo Alagado e Área Pantanosa	7.768	9.336	11.169
2.2. Formação Campestre	421.469	405.448	374.437
2.4. Afloramento Rochoso	1.388	1.389	1.389
3. Agropecuária	203.319	364.850	1.204.330
3.1. Pastagem	15.635	28.274	31.766
3.2. Agricultura	42	161.146	958.753
3.2.1. Lavoura Temporária	42	161.146	958.753
3.2.1.1. Soja	-	66.238	907.311
3.2.1.2. Algodão (beta)	-	2	474
3.2.1.3. Outras Lavouras Temporárias	42	94.906	50.969
3.3. Silvicultura (monocultura)	-	-	2.894
3.4. Mosaico de Usos	187.642	175.431	210.916
4. Área não Vegetada	78.423	68.415	77.002
4.1. Área Urbanizada	1.363	2.562	4.150
4.2. Outras Áreas não Vegetadas	77.060	65.854	72.852
5. Corpo D`água	15.463	11.796	9.935
5.1. Rio, Lago e Oceano	15.463	11.796	9.935

Fonte: Plataforma MAPBIOMAS<sup>6</sup> (2023)

Temos como último elemento o trabalho. Acerca desse tema, para que a expansão do capital ocorra nos espaços rurais, esta também deve se deparar com a mercadoria força de trabalho no espaço agrário. Logo, a instituição do trabalhador assalariado rural na região do Matopiba piauiense, enquanto elemento essencial do processo de territorialização do capital, pode ser visualizada de forma inicial com a evolução dos estabelecimentos (empresas rurais) e pelas formalizações dos vínculos de emprego. No Gráfico 1 observamos referida dinâmica.

---

<sup>6</sup> <https://mapbiomas.org/>

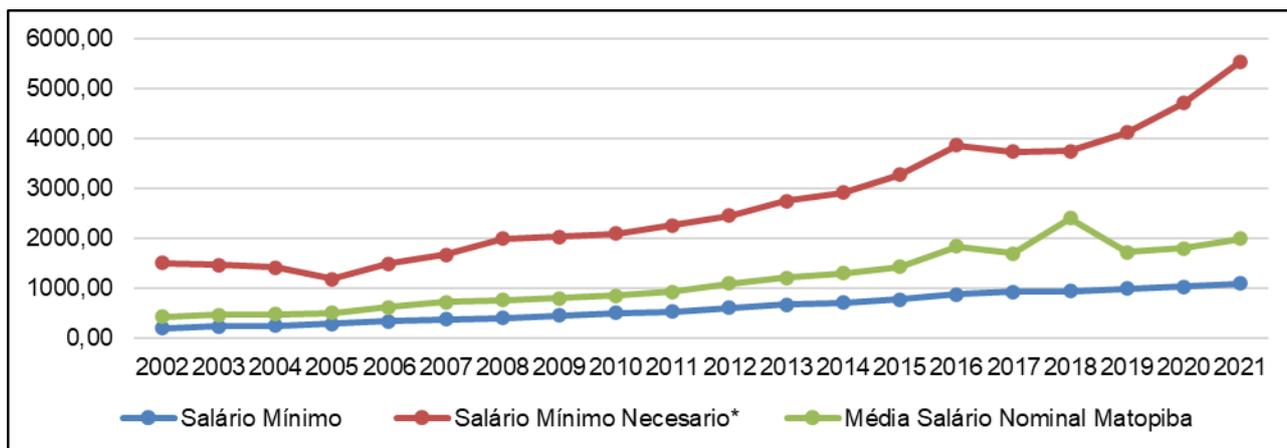
**Gráfico 1: Evolução dos estabelecimentos e vínculos de emprego no setor agropecuário, Matopiba Piauí (2002-2021)**



Fonte: Elaboração própria com base na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), Ministério do Trabalho e Emprego (MTE, 2023)

Outro aspecto que reitera a mercantilização é próprio processo de assalariamento que remete à degradação do trabalho rural a uma mercadoria. Referido aspecto pode ser verificado ao se contrastar a série histórica do valor da força de trabalho no setor agropecuário, com o valor do salário mínimo nacional e com o salário mínimo necessário (DIEESE, 2023), que pode ser verificado no Gráfico 2.

**Gráfico 2: Evolução dos salários nominais no setor agropecuário\*\*, Matopiba, Piauí (2002-2021)**



Fonte: Elaboração própria com base no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), Ministério do Trabalho e Emprego (MTE, 2023) e Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2023).  
 Notas: (\*) Estimativa feita pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese), salário mínimo necessário para sustentar uma família de quatro pessoas. (\*\*) IBGE Grupo Setor igual a 5 – Agricultura. Para a estimativa salarial se utilizaram quatro municípios maiores produtores de soja: Baixa Grande do Ribeiro, Bom Jesus, Ribeiro Gonçalves e Uruçuí; e quatro municípios não produtores de soja: Eliseu Martins, Manoel Emídio, Parnaíba e Santa Luz.

Conforme nos escreveu Moraes (2009) e Alves (2017), em resultante a todo esse processo desenraizamento da economia no cerrado piauiense, tornaram-se mais evidentes e constantes os conflitos na região. Tais ocorrências se motivam, sobretudo em virtude das economias locais do cerrado vivenciarem experiências referentes ao papel do dinheiro, ao atuar do trabalho e à relação dos sujeitos com a terra, que são distintas com o imperativo do agronegócio.

Sobre referido contexto, evidenciou-se que no Brasil, no período de 1996 a 2022, ocorreram 36.303 conflitos por terra. Somente no ano de 2022, foram registrados 2.006 conflitos no campo, com 47 assassinatos relacionados ao conflito fundiário (CPT, 2023). No estado do Piauí, na mesma série histórica de 1996 a 2022, o estado registrou 785 conflitos, dentre os quais 193 (24,59%) ocorreram

na região do Matopiba. Ainda nessa região, 193 dos conflitos estão concentrados em apenas 20 municípios (de um total de 224 municípios em todo o estado), que coincidem exatamente com os municípios produtores de soja do estado.

A Tabela 5 apresenta o resumo dos números acumulados de conflitos por terra, trabalho e água no Brasil e no Piauí. Por ela se observa que, em média a cada 4 conflitos no interior do estado, um dos registros ocorreu no Matopiba, com destaque negativo para os conflitos trabalhistas (42,17%). No entanto, é mais evidente que a hegemonia dos conflitos tenha ocorrido nos municípios em que a soja se expande. Na tabela 6, pode-se observar que 105 (54,40%) conflitos da região de Matopiba do Piauí ocorreram nos 5 municípios maiores produtores de soja.

**Tabela 5: Conflitos por terra no Brasil e Piauí (1996 a 2022)**

1996-2022	Brasil	Piauí	Matopiba Piauí	
Terra	28095	611	147	24,06%
Trabalho	4483	83	35	42,17%
Água	2990	43	11	25,58%
Outros	735	48	0	0,00%
Total	36303	785	193	24,59%

Fonte: Elaboração própria com base na CPT (2002-2023)

A Tabela 6, além de mostrar a concentração de 54,40% dos conflitos pela terra nos 5 principais municípios produtores de soja, chama a atenção que 21,24% dos conflitos na região total do Matopiba no período ocorreram especificamente no município de Bom Jesus.

**Tabela 6: Produção de soja (toneladas) e conflitos no campo em Matopiba, Piauí**

Municípios	1996-2022		1996-2022	
	Produção de Soja	%	Conflitos no campo	%
Baixa Grande do Ribeiro	6.153.344	25,56	26	13,47
Uruçuí	5.167.754	21,60	9	4,66
Ribeiro Gonçalves	3.047.699	12,74	2	1,04
Bom Jesus	2.360.086	9,86	41	21,24
Santa Filomena	1.833.212	7,66	27	13,99
Total	18.148.155	77,42	105	54,40

Fonte: Elaboração própria com base em CPT (2023)

Os conflitos socioambientais motivados pela terra, portanto, fruto dessa nova fase de expansão do capital, continuam sendo os mais violentos devido ao desmatamento, perda da biodiversidade e diversificação produtiva, grilagem, invasões, desapropriação, ameaças de despejo, poluição e contaminação por agrotóxicos, violência contra pessoas e ameaças de morte contra trabalhadores rurais e indígenas (CPT, 2023).

Com o exposto, é possível identificar as características fundamentais do processo de mudança institucional e sócio produtiva no cerrado piauiense. Referido processo se dá a partir da imposição da agricultura moderna, intensiva e determinada pelo mercado, ignorando economias nativas essencialmente camponesas, extrativistas, de agricultura familiar, de auto abastecimento, bem como abastecimento de seu entorno, das quais identificamos como economias enraizadas e substantivas em vias de desenraizamento.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No artigo buscamos estabelecer uma aproximação entre os conceitos de *economia substantiva* e *economia enraizada* e a realidade empírica das economias no cerrado piauiense. Para tanto, reiteramos que os elementos terra, trabalho e dinheiro se apresentaram como centrais e essenciais na compreensão do fenômeno de enraizamento/desenraizamento das economias locais de regiões diversas, especialmente as rurais.

Os resultados apresentados buscam mostrar que, as transformações institucionais promovidas pelo capital na região estudada, apontam para uma forte ralação entre a expansão da expansão da soja e o dismantelo de diversas camadas sócio produtivas no cerrado do Piauí, enquanto processo de mercantilização do território. Com efeito destacamos a restrição de acesso a terras em que se observavam usos coletivos, a transformação da manifestação do trabalho rural concorrendo para o assalariamento e a conseqüente perda da complexidade do modo de vida camponês, mediante a imposição de modelos sócio produtivos padrões e fundados na precificação dos elementos essenciais citados.

Acreditamos que o presente artigo ofereça ainda, contribuições teóricas e empíricas importantes para se rediscutir os modelos de desenvolvimento rural e suas lógicas operantes. Neste sentido, é fundamental evidenciar e visibilizar que nos espaços rurais, formas diversas de integração econômica ocorrem e, especialmente, destoam das motivações exclusivamente mercantis.

Por fim, sustentamos que os modelos de desenvolvimento rural, “modernos” e hegemônicos, enquanto economias formalizadas para atender as necessidade exclusivas do capital, se apresentam como formas de organização da produção que não dialogam com os sujeitos locais. Com efeito, ignoram as relações estabelecidas entre sujeitos-terra, enquanto processos historicamente instituídos.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Bruna Henrique. **Uso do território e comunidades tradicionais**: as verticalidades do agronegócio globalizado sobre as horizontalidades do Território Melancias, Piauí, Brasil. 2022.

ALCANTARA, Isabela Romanha de; BACHA, Carlos José Caetano. A modernização desigual da agropecuária brasileira de 2006 a 2017. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 27, p. e232705, 2023. <https://doi.org/10.1590/198055272705>

ALVES, V. E. L. **Mobilização e modernização nos cerrados piauienses**: formação territorial no império do agronegócio. 2006. 320 p. Tese (Doutorado) – Pós-Graduação em Geografia Humana. São Paulo-SP: Universidade de São Paulo, 2006.

ALVES, V. E. L. MODERNIZAÇÃO AGROPECUÁRIA, RUPTURA E PERMANÊNCIA DO MODO DE VIDA CAMPONÊS NOS CERRADOS DO SUL DO PIAUÍ. **Boletim Paulista de Geografia**, [S. l.], n. 77, p. 7–28, 2017. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/836>. Acesso em: 11 mar. 2024.

ANDRADE, P. S.; VIANA, M. R. A Questão Fundiária Sob o Impacto do Agronegócio no Cerrado Piauiense. **Rev. FSA**, Teresina, v. 12, n. 4, art. 13, p. 207-229, jul./ago. 2015. ISSN Impresso: 1806-6356 ISSN Eletrônico: 2317-2983. <http://dx.doi.org/10.12819/2015.12.4.13>.

ARANCIBIA, Inés. **El sujeto necesitado**: una crítica sustantiva al sentido y alcance del concepto económico de necesidad. Los Polvorines: Universidad Nacional de General Sarmiento, 2020.

BACEN. BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Crédito Rural**. 2023. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/creditorural>>. Acesso em: 20 março 2024.

- BLOCK, Fred. “Karl Polanyi and the Writing of *The Great Transformation*”. *Theory and Society*, 32 (3): 275–306. 2017. <https://doi.org/10.1023/A:1024420102334>.
- BRANDÃO, T. P. **O escravo na formação social do Piauí**. Perspectiva histórica do século XVIII. Teresina: EDUFPI, 1999.
- CANGIANI, Michele. “Karl Polanyi’s Institutional Theory: Market Society and Its ‘Disembedded’ Economy””. *Journal of Economic Issues* 45 (1): 177–98. 2011. <https://doi.org/10.2753/JEI0021-3624450110>.
- CASTELO BRANCO, Renato. **O Piauí, a terra, o homem, o meio**. São Paulo: Quatro Artes, 1970
- CHAYANOV, Alexander V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: GRAZIANO DA SILVA, José; STOLCKE Verena (Orgs.). **A questão agrária**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981, p. 133-163.
- COSTA, Luiz Pereira da. **Estrutura fundiária do Piauí: passado, presente e perspectivas**. Campina Grande – PB: UFPB, 1982.
- COSTA, Pedro de Carvalho. **Circuitos Camponeses: condições para a persistência do campesinato**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Minas. Belo Horizonte: UFMG, 2022.
- CPT. COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo brasileiro 1985-2022**. Goiânia: CPT Nacional, 2023.
- CUNHA, Francisco Eduardo de Oliveira; SANTOS JÚNIOR, Sérgio Gonçalves dos. A superexploração da força de trabalho rural no setor produtivo da soja em Uruçuí-PI. **Extensão Rural**, v. 27, n. 2, p. 40-56, 2020.
- DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. (2023). **Salário mínimo nominal e necessário**. Disponível em: < <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>>. Acesso em: 27 mar 2024.
- FLECK, Amaro. Revisitar Polanyi? Notas sobre uma tentativa de atualização crítica. **Princípios: Revista de Filosofia (UFRN)**, v. 21, n. 36, p. 295-316, 2014.
- GEMICI, Kurtulus. 2008. “Karl Polanyi and the Antinomies of Embeddedness”. **Socio-Economic Review**, 6 (1): 5–33. 2008. <https://doi.org/10.1093/ser/mwl034>.
- HODGSON, Geoffrey M. “Karl Polanyi on Economy and Society: A Critical Analysis of Core Concepts”. **Review of Social Economy** 75 (1): 1–25. 2017. <https://doi.org/10.1080/00346764.2016.1171385>
- IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Contas econômicas ambientais da terra: contabilidade física: Brasil: 2000/2020 / IBGE, Coordenação de Meio Ambiente**. - Rio de Janeiro: IBGE, 2022.
- IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Agropecuária Municipal (PAM)**. 2023. Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>>. Acesso em: 03 março 2024.
- INCRA. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Sistema de Mercado de Terras (SIMET)**. 2024. Disponível em: < <https://simet.incra.gov.br>>. Acesso em: 05 abril 2024.
- KRIPPNER, Greta R.. “*The Elusive Market: Embeddedness and the Paradigm of Economic Sociology*”. *Theory and Society* 30 (6): 775–810. 2001. <https://doi.org/10.1023/A:1013330324198>.
- LIMA, Carmen Lúcia Silva. **Boletim Nova Cartilha Social dos Babaçuais / Povos do Cerrado em defesa de seus territórios e contra a devastação causada pelo agronegócio no Piauí, n. 1**. Manaus: UEA Edições/PNCSA, 2019.

- LIMA, E. de S. **Aspectos Econômicos, Sociais e Ambientais da Expansão da Soja no Cerrado do Piauí**. 195 p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Economia (PIMES). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2009.
- MARTINS, Agenor de Sousa. **Piauí: evolução, realidade, desenvolvimento**. Governo do Estado do Piauí, Secretaria do Planejamento, Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí, 2003.
- MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. Livro 1. 17ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- MAUCOURANT, Jerome; PLOCINICZAK, Sebastien. “The Institution, the Economy and the Market: Karl Polanyi’s Institutional Thought for Economists”. **Review of Political Economy** 25 (3): 512–31. 2013. <https://doi.org/10.1080/09538259.2013.807675>.
- MEDEIROS, Antonio José. **Piauí 2000-2013**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014.
- MEDEIROS, Antonio José. **Movimentos sociais e participação política**. Cepac, 1996.
- MENDES, Felipe. **Economia e desenvolvimento do Piauí**. 2. ed. – Teresina, PI: EDUFPI, 2019.
- MENDRAS, Henri. **Sociedades Camponesas**. São Paulo: Zahar, 1978.
- MDIC. Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. **Comex Stat**. 2023. Disponível em: < <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/home>>. Acesso em: 01 março 2024.
- MONTEIRO, M. S. L. **Ocupação do Cerrado piauiense: estratégia empresarial e especulação fundiária**. 227 p. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia. Campinas-SP: Universidade Estadual de Campinas, 2002.
- MORAES, M. D. C de. **Memórias de um sertão desencantado: modernização agrícola, narrativas e atores sociais nos cerrados do sudoeste piauiense**. 2000, 459 fls. Tese (Doutorado), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas, 2000.
- MORAES, Maria Dione Carvalho de. Um Povo do Cerrado entre Baixões e Chapadas: modo de vida e crise ecológica de camponeses (as) nos Cerrados do Sudoeste Piauiense. **Diversidade do campesinato: expressões e categorias**, v. 2, p. 131-161, 2009.
- MOSAR, Louis. *The Always Instituted Economy and the Disembedded Market: Polanyi’s Dual Critique of Market Capitalism*, **Journal of Economic Issues**, 55:3, 615-636, 2021. DOI: 10.1080/00213624.2021.1945883
- MTE. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. CAGED. **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados**. 2023. Disponível em < <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/login.php>>.
- POLANYI, K. **A grande transformação: as origens de nossa época**. Rio de Janeiro, Campus, 2000.
- POLANYI, K. **A subsistência do homem e ensaios correlatos**. Rio de Janeiro, Contraponto, 2012.
- QUEIROZ, Teresinha. **Economia piauiense da pecuária ao extrativismo**. Editora Gráfica da UFPI, 2006.
- RIBEIRO, Isadora Gomes; LUNA, Alana Teles; COSTA, Edward Martins; CAMPOS, Robério Telmo; IPOLITO, Antonia Leudiane Mariano. Efeitos do crédito rural sobre a produção de soja na região do Matopiba. **Revista de Economia e Agronegócio**, Viçosa, MG, v. 21, n. 1, p. 1-20, 2023.
- SABOURIN, E. **Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009(a).
- SABOURIN, E. Será que existem camponeses no Brasil? **47º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER)**, Porto Alegre, 26 a 30 de julho de 2009(b).

- SABOURIN, E. Teoria da Reciprocidade e sócio-antropologia do desenvolvimento. (Dossiê). **Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, no 27, mai./ago. 2011, p. 24-51.
- SAHLINS, M. **Sociedades tribais**. (trad. YMA. Velho). 1983.
- SANTANA, Raimundo Nonato Monteiro de. **Evolução histórica da economia piauiense**. 1.ed. Teresina: Cultura, 1964.
- SANTOS, A. de P. S. dos. Dinâmica e problemática do crédito rural no Piauí. **Carta CEPRO**, Teresina, v.10, n.1, p. 37-60, 1984.
- SILVA, Maria do Socorro Pereira da et al. Extensão popular na atualidade dos direitos do povo indígena Gamela na " última fronteira agrícola", no Piauí. **Revista de Educação Popular**, v. 21, n. 3, 2022.
- SOMERS, Margaret R. "Utopianism and the Reality of Society: Decoding Polanyi's Socialism, Freedom and the Alchemy of Misrecognition." In **Karl Polanyi's Vision of a Socialist Transformation**, edited by Michael Brie and Claus Thomasberger, 91–109. Montréal: Black Rose Books. 2018.
- SOUZA, D. T.; MAGALHÃES, L. A.; CASTRO, GSA. **Uma avaliação do impacto do crédito rural e do mercado de trabalho à agropecuária do Matopiba**. 2022.
- VILARINHO, L. da S.; LOPES, W. G. R.; MONTEIRO, M. do S. L. Desenvolvimento e capital social no agronegócio do Cerrado do Piauí, Brasil. **R. Technol. Soc.** v.14, n. 30, p. 30-46, jan./abr. 2018.
- WOLF, Eric R. **Sociedades Camponesas**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.
- WOORTMANN, Klaas. "Com parente não se neguceia": "Com parente não se neguceia". O campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico**, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 11–73, 2018. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6389>. Acesso em: 03 maio. 2024.